



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SOB A LÓGICA DA DOMINAÇÃO¹

DISTANCE EDUCATION UNDER THE LOGIC OF DOMINATION

Paulo Jorge de Oliveira Carvalho (PUC-SP – pauloj@uol.com.br)

Resumo:

O trabalho problematiza a qualidade na Educação a Distância com base na oferta de cursos na educação superior e nas implicações do desenvolvimento tecnológico no modo de vida dos indivíduos. A teoria crítica da sociedade fundamenta o referencial teórico-metodológico, em especial o pensamento crítico desenvolvido por Herbert Marcuse sobre racionalidade tecnológica. Ao considerar a expansão tecnológica como atributo da sociedade industrial que domina todas as formas de organização da vida social e revela uma racionalidade presente na educação, o estudo identifica a democratização do conhecimento associada à EaD como elemento que impede uma análise crítica da lógica da racionalidade tecnológica responsável pelo modo predominante de oferta de cursos a distância na educação superior. O objetivo é investigar a recente disseminação da EaD alicerçada no uso de computador e orientada pela inserção de tecnologias digitais propostas como ações pedagógicas estratégicas no processo de ensino e aprendizagem. Trata de pesquisa de caráter qualitativo baseada em levantamento bibliográfico sobre tecnologias digitais consideradas linguagem histórico-cultural, apropriada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e associadas a inovação pedagógica. Os resultados enfatizam a lógica da dominação subjacente ao desenvolvimento do aparato tecnológico e consideram a importância do uso de novas tecnologias e mídias digitais pelo sistema educacional para o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação a Distância (EaD). Educação superior. Democratização do conhecimento. Teoria crítica da sociedade. Racionalidade tecnológica.

Abstract:

The work discusses the quality in distance education based on offering courses in higher education and the implications of technological development in the way of life of individuals. The critical theory of society is the theoretical-methodological framework, in particular the critical thinking developed by Herbert Marcuse on technological rationality. When considering the expansion of technology as an attribute of the industrial society that dominates all forms of organization of social life and reveals this rationality in education, the study identifies the democratization of knowledge associated with distance education as an element that prevents a critical analysis of the logic of technological rationality responsible for predominantly courses offering distance higher education. The objective is to investigate the recent spread of EaD based on use of computer and oriented by the insertion of digital technologies proposed as strategic pedagogical actions in the process of teaching and learning. This is a qualitative research

¹ Trabalho desenvolvido com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).





based on literature survey on digital technologies considered cultural-historical language, appropriate by Higher Education Institutions in Brazil and associated pedagogical innovation. The results emphasize the logic of domination behind the development of the technological apparatus and consider the importance of the use of new technologies and digital media by the educational system for the teaching and learning process.

Keywords: Distance education. Higher education. Democratization of knowledge. Critical Theory of Society. Technological rationality.

1. Introdução

Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à auto conservação da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas (ADORNO, 1986, p. 133).

No decorrer dos últimos anos, a minha trajetória profissional no trabalho em Instituições de Ensino Superior (IES), como docente, pesquisador e gestor, tem propiciado o contato com propostas destinadas à organização escolar divulgadas como inovadoras e com objetivos de alteração das práticas pedagógicas – com destaque para o uso do computador na inserção de tecnologias digitais e de multimídias assim como para a disseminação da modalidade de educação a distância – que reafirmam a importância da organização da escola como instituição social e sua relação com demandas econômicas e culturais prementes aos atores responsáveis pela prática escolar.

A observação direta desse contexto educacional evidencia forte concorrência entre as instituições para atrair alunos em busca de um diploma universitário capaz de proporcionar acesso a vários tipos de capitais: social, econômico, cultural e simbólico – que, assim como afirmam os estudos sobre desigualdades escolares desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bordieu, são representantes das vantagens culturais e sociais que indivíduos ou grupos possuem e que contribuem para o alcance de um nível socioeconômico mais nobre (NOGUEIRA, 2004).

Contudo, o certificado educacional se apresenta como produto a ser adquirido em cursos de graduação com finalidades distintas à formação culta, mas equacionadas em uma engrenagem de sedução dos jovens ao espaço escolar, planejado e estruturado com base no uso de tecnologias que potencializariam práticas escolares inovadoras e, desta maneira, motivariam o aluno a dar continuidade ao processo de escolarização.

Para tanto, facilitam-se o preço, o acesso à informação e ao material didático, minimiza-se o tempo de permanência na escola, homogeneízam-se as práticas educacionais e transforma-se o aluno em um cliente cuja atitude se assemelha ao “consumo conspícuo” de bens e serviços utilizados para promover a reputação e demonstrar condição social privilegiada (VEBLEN, 1965).





A concorrência desenfreada que se observa nas campanhas publicitárias e na mídia especializada convalidada pelas IES reifica o sentido da formação escolar e transforma o certificado educacional em produto que ganha profusão na sociedade moderna e promete garantias de reconhecimento e prestígio social.

Esse tipo de educação, produzida em consonância com a burocracia moderna, mostra que o preparo do aluno não se destina necessariamente à sua formação intelectual mas à promessa de algo diferente – que ainda está por vir. Weber (1974), ao discorrer sobre a racionalização da educação, sustenta que as instituições educacionais de nível superior são “dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de ‘educação’ que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna” (p. 277). O autor discute ainda a noção de prestígio social associado à aquisição de títulos educacionais – principalmente quando são usados com vantagem econômica e se baseiam em uma “objetividade racional” – responsáveis pela criação de uma camada privilegiada no mercado de trabalho cuja origem não tem relação com o que se poderia chamar exatamente de “sede neutra por educação”².

Com o objetivo de investigar a recente disseminação da Educação a Distância (EaD), alicerçada no uso de computador, este estudo problematiza o uso de (novas) tecnologias digitais propostas como ações pedagógicas estratégicas no processo de ensino e aprendizagem considerando a razão subjacente aos aspectos de ordem econômica e social do processo de desenvolvimento tecnológico que lhe determinam a finalidade.

Para o desenvolvimento do estudo realizou-se pesquisa de caráter qualitativo baseada em levantamento bibliográfico sobre tecnologias digitais consideradas linguagem histórico-cultural, apropriada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e associadas a inovação pedagógica. A teoria crítica da sociedade fundamenta o referencial teórico-metodológico, em especial o pensamento crítico desenvolvido por Herbert Marcuse sobre racionalidade tecnológica.

Além dos estudos de Marcuse aqui apresentados, trabalhos de Manuel Castells, Joseph Schumpeter, José Gimeno Sacristán, Michel Certeau, Norbert Elias, Maria Isabel Cunha e Walter Garcia contribuem para análise das tecnologias digitais como linguagem histórico-cultural apropriada pelas IES no Brasil.

2. Desenvolvimento

A investigação sobre as implicações sociais do processo de desenvolvimento tecnológico no modo de vida dos indivíduos está presente na obra do pensador da teoria crítica, Herbert Marcuse, e surge inicialmente em artigo publicado na década de 1940, período de exílio do filósofo nos Estados Unidos, no qual aprofundou sua pesquisa sobre tecnologia e discute importantes conceitos ligados ao processo tecnológico.

No artigo “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, publicado em 1941, Marcuse apresenta suas primeiras definições sobre os conceitos de técnica e de tecnologia

² No trabalho sobre *Burocracia* publicado por Max Weber em 1946, em sua obra *Ensaio de Sociologia*, o autor discute sobre o desenvolvimento do diploma universitário e a criação dos certificados educacionais associados à formação de uma camada privilegiada com pretensões de monopolizar cargos sociais e posições economicamente vantajosas.





tendo como base investigação ancorada em bibliografia proveniente de pesquisas, relatórios, documentos governamentais e monografias sobre o tema da tecnologia. Distingue a tecnologia como modo de produção responsável por novas formas de controle e coesão social que impactam o indivíduo e a estrutura da sociedade e que pode ser considerada, na mesma medida, “uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação” (MARCUSE, 1999, p. 73).

Nota-se o cuidado do autor em definir o conceito de tecnologia em sua especificidade, distinguindo-o do conceito de técnica. A tecnologia é entendida como um processo social pautado em modo de produção próprio cuja eficiência é caracterizada pela apropriação da técnica – conjunto de instrumentos que, por si só, pode servir tanto ao controle e opressão quanto à liberdade – como forma de manipulação do poder.

Já em “A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional”, escrito por Marcuse nos anos 1960, o autor define de forma distinta os conceitos de técnica e de tecnologia. Não se trata de uma descontinuidade da discussão aqui apresentada senão uma mudança de perspectiva ao agregar estudos críticos sobre técnica e sobre ciência moderna, surgidos no decorrer desse intervalo de tempo. Além disso, considera o novo contexto histórico em que foi escrito (1964), marcado pela explosão da bomba atômica e em plena vigência da Guerra Fria.

As fontes de pesquisa adotadas por Marcuse no trabalho sobre a ideologia da sociedade industrial estão relacionadas ao material apresentado como resultado de vasta literatura que embasou os dados utilizados nos seus escritos – principalmente literatura sociológica e psicológica “sobre tecnologia e mudança social, gerência científica, empreendimento corporativo, transformações no caráter da mão-de-obra industrial e da classe trabalhadora etc.” (MARCUSE, 1979, p. 19).

Nessa perspectiva, deixa de usar a distinção entre técnica e tecnologia e recusa a neutralidade da ciência. A noção de neutralidade da técnica, que estaria acima do bem e do mal, vai sendo substituída pela ideia de uma sociedade tecnológica que engendraria o sistema de dominação responsável pela elaboração e manejo das técnicas. Afirma que,

Em face das particularidades totalitárias desta sociedade, a noção tradicional de tecnologia não pode mais ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas (MARCUSE, 1979, p. 19).

A indústria não se restringiu ao chão de fábrica – ela se apropriou da cultura, da educação de jovens e operários, da comunicação e propaganda, dos transportes, da organização da burocracia governamental e partidária – tornando-se um modo de produzir indivíduos e coisas, um modo de produção da vida de sujeitos sobrepujados à eficácia e ao controle tecnológicos.

Assim, a expansão tecnológica torna-se atributo da sociedade industrial – com base no aparato técnico que esta dispõe – e domina todas as áreas: a vida é controlada pela tecnologia.

O predomínio do controle, oriundo da era da maquinaria, invadiu qualquer forma de organização da vida social e denota uma “racionalidade tecnológica” presente no trabalho, na educação, no lazer, enfim, em todas as esferas da sociedade. Segundo Marcuse (1999),





“esta racionalidade estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que predis põem os homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato” (p. 77).

E, mais adiante, esclarece que “Como as leis e os mecanismos da racionalidade tecnológica estão difundidos por toda a sociedade, desenvolvem um conjunto de valores de verdade próprios que serve bem ao funcionamento do aparato – e para isto apenas” (p. 84).

Ao expandir a indústria para muito além da fábrica, o capitalismo monopolista contemporâneo possibilita que a sociedade se organize de maneira eficaz e produtiva. E, com base nessa eficiência tecnológica, assegura-lhe um caráter totalitário – não pelo uso da força bruta ou de uma política terrorista, mas pela forma como está fundada a sua base tecnológica. Quando analisa a sociedade da Alemanha nacional-socialista, diz Marcuse:

(...) o reino do terror é sustentado não apenas pela força bruta, que é estranha à tecnologia, mas também pela engenhosa manipulação do poder inerente à tecnologia (...). Essa tecnocracia terrorista não pode ser atribuída aos requisitos excepcionais da “economia de guerra”; a economia de guerra é, antes, o estado normal do ordenamento nacional-socialista do processo social e econômico, e a tecnologia é um dos principais estímulos desse ordenamento (MARCUSE, 1999, p. 74).

Na introdução de “A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional” (MARCUSE, 1979), texto escrito pelo autor praticamente 20 anos após a publicação do trecho destacado acima, Marcuse reitera o caráter totalitário da nossa sociedade que “se distingue por conquistar as forças sociais centrífugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com dúplici base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente” (p. 14).

Ainda naquele trabalho, ao discutir sobre as novas formas de controle da sociedade atual, amplia o conceito de racionalidade tecnológica no âmbito político, econômico e científico:

A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo (MARCUSE, 1979, p. 37).

Não se trata somente de pensar na aplicação da razão técnica mas nela mesma como dominação sobre tudo e sobre todos, de maneira sistemática, científica e calculada, no sentido de que determinados fins não se impõem em decorrência da construção do aparelho técnico mas projetados já na sua elaboração e construção – a técnica se amalgama ao projeto sócio-histórico que uma sociedade pretende impor sobre a natureza e sobre os homens.

Neste sentido, a dimensão política se revela como a própria razão técnica que transborda seus limites técnicos e se transforma em ideologia – o equipamento técnico não é neutro e, sim, político. Marcuse (1998) insiste que, ao revelar-se como razão política confirma que assim o era desde o início: “já era *esta* razão técnica e *esta* razão política: delimitada pelo interesse determinado da dominação” (p. 133, grifos do original).

Como defende o autor, na constituição do processo tecnológico, o elemento humano é fundamental assim como as instituições cujos elementos materiais possibilitam seu desenvolvimento. Afirma que, “na realidade social, a dominação do homem pelo homem





ainda é, a despeito de toda transformação, o contínuo histórico que une Razão pré-tecnológica e Razão tecnológica” (MARCUSE, 1979, p. 142).

Considerando que “já não há lugar fora da engrenagem social a partir do qual se possa nomear a fantasmagoria; só em sua própria incoerência é que se pode encaixar a alavanca” (ADORNO, 1986, p. 75), torna-se instigante considerar a proposta marcuseana de recusa da neutralidade técnica – e da neutralidade da ciência – e investigar a legitimidade das propostas de inovação baseadas em tecnologia digital, e implementadas na organização escolar e nas práticas pedagógicas.

O conceito de inovação tem se desgastado e utilizado inapropriadamente, midiaticizado em torno da finalidade dos produtos que cria e que, por sua vez, manipulam e impõem uma falsa consciência autoimune à compreensão de qualquer outro sentido além daquele definido pela racionalidade do sistema – ao mesmo tempo, as contradições sociais indicam brechas que ilustram a ideologia e que possibilitam o embasamento da argumentação crítica aqui apresentada.

A perda de significado é apontada por Marcuse como tendência ao esvaziamento dos conceitos e à perda da crítica. Ao discutir as novas formas de controle da sociedade unidimensional, afirma que:

Surge assim um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais* no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa (MARCUSE, 1979, p. 32, grifos do original).

A falta de uma reflexão atenta sobre o conceito leva à prática de fechamento que o reduz ao sentido da palavra que lhe dá suporte.

Ao analisar a evolução do conceito de inovação no interior do processo de desenvolvimento econômico, Schumpeter (1982), aponta para “as causas, e portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica” (p. 47). Para o autor, a análise da mudança deve ocorrer com base no tipo de movimento que a originou – se parte de um processo imposto de fora ou por iniciativa própria quando surge de uma necessidade de dentro. De acordo com Schumpeter (1982), inovação não representa fenômeno novo nem desenvolvimento, a não ser se resultado de combinações de novos produtos com antigos que, produzidos em pequenas etapas, se ajustam e provocam mudanças.

Com base nisso, também é possível compreender as propostas de inovação da organização escolar e das práticas pedagógicas ocorrendo como ações externas, advindas de necessidades que não tiveram como ponto de partida o aluno, o indivíduo ou seu processo de individualização.

Como demonstra o autor,

Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais (...). No entanto, as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença deste nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a





mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são por assim dizer ensinados a querer coisas novas (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Considerar a contribuição que Schumpeter oferece à teoria da economia, significa incorporar novas fontes teóricas que possibilitam o desenvolvimento de “modos de pensar dialéticos bidimensionais” (MARCUSE, 1979, p. 93), que auxiliam no entendimento dos fenômenos pelos quais tem passado a educação.

Da mesma forma, além dos estudos de Herbert Marcuse aqui apresentados, os trabalhos de José Gimeno Sacristán, Michel Certeau e de Norbert Elias contribuem para análise das tecnologias digitais como linguagem histórico-cultural apropriada pelas IES no Brasil, na última década, com base nos conceitos de “prática educativa” (GIMENO SACRISTÁN, 1999), “massificação do ensino superior” (CERTÉAU, 1995), “individualização” e “habitus social” (ELIAS, 1994).

Com este referencial teórico, busca-se ratificar a importância de contribuições da psicologia e da sociologia como referenciais no entendimento das práticas pedagógicas mediadas pela tecnologia digital consideradas equivocadamente como propostas de inovação.

Assim como para Freud (1976), em que o desejo – marca constitutiva do aparato psíquico do sujeito – tem origem no soma, na necessidade biológica do indivíduo, e se estabelece a partir do enlace com o outro, para Elias o processo de individualização, apesar de ter sua gênese na matéria prima biológica, também só é possível desenvolver-se com base no longo processo social. O autor mostra a discrepância entre “a organização social formada pelos indivíduos e as exigências desses mesmos indivíduos enquanto indivíduos” (ELIAS, 1994, p.122).

Da mesma forma, Certeau (1995) aponta para o processo de massificação na universidade, anunciado como forma de democratização do ensino, mas cuja organização evita trazer a cultura de massa para dentro, ficando cada vez mais distante da comunicação em rede e de massa, mesmo utilizando novas tecnologias digitais como suporte para a prática pedagógica.

O problema permanece na relação entre os conteúdos e a ação pedagógica que apenas transmite o saber previamente estabelecido por professores e instituição, não produz novos sentidos nem tampouco auxilia o aluno a organizar as informações recebidas na universidade, fazendo-o circular em pesquisas dispersas. Esse cenário coloca o aluno universitário na condição de consumidor e não de criador de cultura e linguagem. E, a universidade, mais ligada a exigências de poderes políticos, financeiros e industriais (CERTÉAU, 1995, p.133).

Em contribuição, Sacristán (1999) acrescenta,

Nesta época temos que pensar e decidir o percurso pelo qual queremos que transmita a realidade social e a educação dentro de coordenadas inseguras [...]. A crise dos sistemas educativos tem a ver com a perda da consciência em seu sentido [...]. A educação tem funções a cumprir; entretanto, estão ficando desestabilizadas pelas mudanças políticas, sociais e culturais que estão acontecendo [...]. Assistimos a uma crise importante nos discursos que têm guiado a escolarização nesta segunda metade do século XX (pp. 11-12).





A reflexão sobre as tecnologias como linguagem histórica cultural apropriada pelas IES no Brasil, na última década, permite ainda considerar que:

A adaptação da organização social às necessidades e metas dos indivíduos que a compõem, bem como à adaptação dos indivíduos às exigências da rede social como um todo, ficam basicamente entregues ao acaso ou a procedimentos padronizados tidos como certos” (ELIAS, 1994, p.123).

Em especial na modalidade de EaD, da forma como tem sido ofertada por essas instituições de ensino – universidades, centros universitários e faculdades isoladas – é evidente o desenvolvimento de uma “consciência coisificada” em que predominam a falta de liberdade e a dependência em relação ao aparato tecnológico que passam ao largo da consciência dos professores e alunos que dele se utilizam (ADORNO, 1986, p. 68).

A coisificação da consciência – e não falsa consciência ou inconsciência – resultante do projeto de oferta desse sistema de educação, desvela a operação na qual o próprio indivíduo reduz, a si mesmo, ao objeto. Transformando-se em coisa está em consonância com o mundo da produção: o capital precisa de pessoas incapazes de se importarem com o outro.

O perigo que ronda a falta de autonomia dos homens sobre sua própria vida e que se reflete na lamentada falta de maturidade das massas, é o que adverte o autor no trabalho publicado em 1968, quando afirma que:

Não é a técnica o elemento funesto, mas o seu enredamento nas relações sociais, nas quais ela se encontra envolvida. Basta lembrar que os interesses do lucro e da dominação têm canalizado e norteado o desenvolvimento técnico: este coincide, por enquanto, de um modo fatal com necessidades de controle (ADORNO, 1986, p. 70).

Conforme estudos de Garcia (1980) e de Cunha (1980), na perspectiva pedagógica o papel da inovação na educação vem sendo investigado há algum tempo no Brasil, como se pode observar nesses trabalhos críticos que discutem sobre sua legitimidade no processo de desenvolvimento educacional, no sentido de reconhecer, nesse papel, dimensão emancipatória que pressupõe uma ruptura paradigmática e não apenas a inclusão de novidades, inclusive as tecnológicas.

É importante recusar o “fechamento do universo da locução” (MARCUSE, 1979, pp. 92-121) que se configura na compreensão de inovação associada, necessariamente, à mudança educacional e à inserção de novas tecnologias e mídias digitais. Mudança e inovação são conceitos distintos oriundos de diferentes campos de conhecimento – o primeiro, preocupação permanente da filosofia e posteriormente das ciências sociais e naturais, e o conceito de inovação que se “revitaliza neste século no campo da produção e da administração. Daí decorre que a inovação está mais propícia a ser assumida como técnica” (MESSINA, 2001, p. 232).

Com base na discussão aqui apresentada sobre tecnologia, à luz do pensamento crítico desenvolvido por Herbert Marcuse, cabe estudo para investigar a recente disseminação da modalidade de educação a distância – alicerçada no uso de computador e orientada pela inserção de (novas) tecnologias digitais – valendo-se dos conceitos marcuseanos de técnica e de tecnologia a fim de revelar a racionalidade tecnológica que lhe dá sustentação.





A EaD, área nova do conhecimento e de práticas pedagógicas que tem apresentado importante crescimento no cenário da educação superior brasileira dos últimos anos, tal como se configura nos dias atuais, ao divulgar técnicas inovadoras capazes de efetuar mudanças nas práticas pedagógicas, pode ser compreendida como parte dessa tecnologia moderna – como tal, invenção do capitalismo e, portanto, incapaz de se resumir à técnica que lhe dá suporte.³ Em assim sendo, ao fazer uso do aparato técnico que lhe é disponibilizado, a EaD estaria a serviço da manutenção de um mito – aquele que aponta para a educação como instância transformadora e democratizadora.

O desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao campo educacional ampliou a compreensão do conceito de inovação como elemento desencadeador de discussões sobre a escola no Brasil, em especial na virada do século XX para o XXI, momento em que o mundo passou por mudanças profundas advindas do processo de globalização, da queda do Muro de Berlim, do fim da Guerra Fria e do ataque de 11 de Setembro – fatos acompanhados por importantes transformações tecnológicas no setor da comunicação e nos meios de produção.

Considera-se o período diretamente influenciado pelo movimento engendrado por universidades e grupos de pesquisa especializados em tecnologia, tais como o Massachusetts Institute of Technology – MIT, que resultou no desenvolvimento da Internet como recurso para a pesquisa e educação – posteriormente, para uso doméstico no mundo todo – possibilitando propósitos diferenciados ao uso do computador e da rede, bem mais amplos do que aqueles vinculados a questões de segurança internacional (CASTELLS, 2002). Importa o panorama histórico porque, nesse período de passagem do século XX ao XXI, é considerável o aumento do nível de utilização de tecnologias digitais na educação e de sua apropriação pelas IES como recursos de inovação e sustentação das práticas pedagógicas.

No entanto, justamente em função do crescimento que, inadvertidamente, é dado a significar avanço tecnológico em prol de inclusão e de acesso facilitado à educação, cria-se uma falsa consciência da noção de EaD que impede de despir o “véu tecnológico” que a cobre e de desbaratar o sistema de dominação a que serve.

A investigação proposta neste estudo sobre a lógica da racionalidade tecnológica que dá sustentação ao tipo de oferta de educação a distância presente em nossa sociedade, considera fundamental o desenvolvimento de pesquisa que, para além da preocupação com recursos técnicos, tecnologias digitais ou com o uso do computador, enfatize a “lógica da dominação” subjacente ao desenvolvimento desse aparato.

3. Concluindo

Para encerrar, cabe apontar que não se trata de reprovar o uso de novas tecnologias e mídias digitais pelo sistema educacional nem, tampouco, retirar-lhes a importância no

³ No resultado do último Censo da Educação Superior 2014, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constata-se que o número de alunos na modalidade a distância atingiu 1,34 milhão em 2014, o que representa uma participação de 17,1% do total de matrículas em cursos de graduação da educação superior (BRASIL. MEC, 2016, p. 7). Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em 18 abr. 2016.





processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de chamar a atenção para a recente disseminação da EaD alicerçada no uso de computador e orientada pela inserção de tecnologias digitais propostas, por si só, como ações pedagógicas estratégicas no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o crescimento exponencial dessa modalidade no ensino superior brasileiro enfraquece seu importante papel na construção de conhecimentos e na formação dos indivíduos ao submeter-se à maestria do funcionamento hegemônico da lógica de dominação da racionalidade tecnológica presente no sistema de educação a distância. Muitas vezes, lógica dissimulada em discursos apologeticos que ratificam a forma ideológica do pensamento unidimensional, sem possibilidade de ir além da positividade que se mostra aparente.

A existência de uma relação direta entre mudança educacional e a inserção de novas tecnologias e mídias digitais, da forma como é divulgada nas propostas de EaD de algumas IES no Brasil, impede a ocorrência de posições críticas ou contrárias ao processo hegemônico característico da sociedade capitalista aprisionando o conceito de tecnologia a uma forma de ideologia empenhada na dominação do homem e que obscurece a reprodução da desigualdade social.

E, em consonância com os estudos dos autores aqui apresentados é contra isso que a Educação precisa se voltar na tentativa de alertar para o enlace dialético que tece a trama do esclarecimento e da dominação e que cria uma dupla relação entre o progresso e a barbárie.

4. Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. *Adorno: grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1986, pp.62-75.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2014 – Notas estatísticas*. 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em 18 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CUNHA, Maria Isabel (org.). *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.





FREUD, Sigmund. *Os instintos e suas vicissitudes*, In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. V. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (trabalho original publicado em 1915).

GARCIA, Walter E. (Coord.). *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

GIMENO SACRISTÁN, José. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre-RS: Artes Médicas Sul, 1999.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: _____. *Cultura e sociedade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, pp.113-135.

_____. Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna. In: *Tecnologia, Guerra e fascismo*. Tradução: Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, pp.71-104.

MESSINA, Graciela. *Mudança e inovação educacional: notas para reflexão*. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n.114, pp.225-233, novembro/2001. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/592/590>. Acesso em 15 jul. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio(Orgs.) *Escritos de educação*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, pp.65-69.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro, e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

WEBER, Max. Burocracia. In: *Ensaio de sociologia*. 3ª ed. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, pp.229-282.

